



SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05
NIRE 35 3 0001186 4

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2017

Proposta da Administração da **SUZANO HOLDING S.A.** ("Companhia"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09") ("Proposta"), a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 28 de abril de 2017, às 11:00 horas ("Assembleia Geral Ordinária").

ÍNDICE

1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária	02
2. <u>Anexo I</u>: Item 10 do Formulário de Referência (Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)	03
3. <u>Anexo II</u>: Proposta da Destinação do Lucro Líquido (<i>Anexo 9-1-II - Instrução CVM 481/09</i>)	09
4. <u>Anexo III</u>: Fixação do número de membros do Conselho de Administração e Eleição de seus Membros	13
5. <u>Anexo IV</u>: Instalação, Eleição e Fixação da Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal	14
6. <u>Anexo V</u>: Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência (<i>Candidatos indicados para compor o Conselho de Administração</i>)	15
7. <u>Anexo VI</u>: Proposta de Remuneração dos Administradores	31
8. <u>Anexo VII</u>: Item 13 do Formulário de Referência	32

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Poposta da Administração ("Proposta") da Companhia acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária:

1. Apreciação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016.
2. Destinação do resultado do exercício de 2016 e distribuição de dividendos.
3. Fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição dos seus membros.
4. Fixação do montante global anual da remuneração dos administradores.
5. Instalação do Conselho Fiscal, bem como eleição e fixação da remuneração de seus membros.

ANEXO I

FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10. Comentários dos Diretores

10.1. OS COMENTÁRIOS A SEGUIR REFEREM-SE ÀS 3 ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2016, 2015 e 2014 a Companhia registrou lucro de R\$ 542,2 milhões, e prejuízos de R\$ 230,621 milhões e R\$ 56,235 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 3.899,6 milhões, R\$ 4.459,5 milhões e R\$ 2.420,6 milhões, nos respectivos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item “10.1.b” abaixo.

b) Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 3.467,5 milhões, representando um acréscimo de 7,42%, ou R\$ 239,4 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2015, e decréscimo de 4,12%, ou R\$ 149,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2014. A variação é justificada pelos lucros e prejuízos registrados nos últimos 3 anos, decorrentes do resultado da equivalência patrimonial de sua principal controlada.

Em 2016 foram distribuídos dividendos, no montante de R\$ 244,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia através de suas receitas de dividendos, e de remuneração de avais e fianças concedidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, e resultado de aplicações financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, receita pela concessão de avais e fianças, e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de eventuais deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2016 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d.” e “10.1. f.”.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia possuía contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2016, R\$ 12,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, e R\$ 25,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em julho de 2018. O contrato de mútuo firmado com sua controlada Nemopar S.A., sediada no Uruguai, que no período findo em 31 de dezembro de 2014 apresentava saldo no valor de US\$ 160 milhões, foi liquidado antecipadamente em 06 de agosto de 2015.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 31 de agosto de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta da Cisão parcial da IPLF Holding S.A. e versão da parcela cindida para Companhia, com consequente aumento do capital social da Companhia em R\$ 22,3 milhões, passando de R\$1.953,4 milhões para R\$1.975,7 milhões, com emissão de 4.228.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 50 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, as quais foram atribuídas e entregues aos atuais acionistas da IPLF Holding S.A., na proporção da participação destes acionistas no capital social da IPLF Holding S.A.

Em 2016 foram distribuídos dividendos, no montante de R\$ 244,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

Em 06 de agosto de 2015 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo de US\$ 160 milhões contraído junto à controlada NEMOPAR S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020. As operações simultâneas de câmbio para pagamento do contrato de mútuo e redução de capital da NEMOPAR S.A., não representaram desembolso de caixa para a Companhia, exceto pelo pagamento do IOF e comissão bancária, e permitiu a dissolução da controlada com a consequente baixa do investimento registrado pela Companhia.

Em consequência da liquidação do mútuo com a controlada Nemopar S.A., a Companhia reverteu o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre a variação cambial.

Em 2015 foram distribuídos dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 174,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

No exercício de 2014 a Companhia distribuiu dividendos, debitados do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 33,9 milhões.

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 542,2 milhões, em comparação ao prejuízo de R\$ 230,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, e um prejuízo de R\$ 56,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. O principal fator que contribuiu para o lucro de 2016, e para os prejuízos de 2015 e 2014 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente dos lucros e prejuízos dessa controlada.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Equivalência patrimonial	537.769	(165.578)	(34.443)
Despesas operacionais, líquidas	(5.697)	(28.375)	(28.274)
Resultado financeiro líquido (1)	12.391	(110.605)	(9.961)
Imposto de renda e contribuição social	(2.272)	73.937	16.443
Lucro (Prejuízo) do exercício	542.191	(230.621)	(56.235)
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	538.973	(308.473)	(85.337)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	(1.204)	(1.713)	718
	537.769	(310.186)	(84.619)
Nemopar S.A. (1)	-	144.608	50.176
	537.769	(165.578)	(34.443)

(1) Ganho sobre o investimento em moeda estrangeira, compensado com a perda financeira sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciados pela variação cambial, e registrado no resultado financeiro líquido.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de agosto de 2016, a Companhia absorveu parcela cindida da IPLF Holding, consistente em 10 milhões de ações ordinárias de emissão da Suzano Papel e Celulose S.A., no montante de aproximadamente R\$ 91,6 milhões.

Em 06 de agosto de 2015 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo de US\$ 160 milhões contraído junto a controlada NEMOPAR S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020. As operações simultâneas de câmbio para pagamento do contrato de mútuo e redução de capital da NEMOPAR S.A., não representaram desembolso de caixa para a Companhia, exceto pelo pagamento do IOF e comissão bancária, e permitiu a dissolução da controlada com a consequente baixa do investimento registrado pela Sociedade.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Políticas contábeis críticas

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações societárias, direitos e obrigações de qualquer natureza estão registrados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II

PARA FINS DO ARTIGO 9º, § ÚNICO, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481, de 17.12.2009

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2016

- 1 – Lucro líquido do exercício: No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 542.191.237,50 (Quinhentos e quarenta e dois milhões, cento e noventa e um mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
- 2 – Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Dividendos propostos		
Ações Ordinárias	0,70	52.880
Ações Preferenciais "A"	0,78	53.160
Ações Preferenciais "B"	0,78	22.730
Total		128.770

- 3 – Percentual do lucro líquido do exercício distribuído, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76: O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- 4 – Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:
- Não aplicável.
- 5 – Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:
- a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio: Os dividendos propostos estão demonstrados no item 2.
- b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: Os dividendos propostos demonstrados no item 2 terão o prazo de pagamento determinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2017, com base na posição acionária da data da Assembleia Geral Ordinária, passando as ações a serem negociadas

“ex-direitos” a partir de 2 de maio de 2017 (primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação).

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: **Não aplicável.**

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os dividendos propostos demonstrados no item 2, serão pagos com base na posição acionária da data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2017, com pagamento a ser definido na referida Assembleia, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação.

6 – Caso tenha havido declaração de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: A Companhia não pagou dividendos ou juros sobre capital próprio com base em períodos semestrais ou em períodos menores do exercício.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados: **Não aplicável.**

b) Informar as datas dos respectivos pagamentos: **Não aplicável.**

7 – Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:

	2016	2015	2014
Lucro líquido por ação (R\$):			
Ordinária	3,01	-	-
Preferencial "A"	3,31	-	-
Preferencial "B"	3,31	-	-

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores:

	2016	2015	2014
Dividendos distribuídos por ação R\$:			
Ordinárias	0,70	-	-
Preferencial "A"	0,78	-	-
Preferencial "B"	0,78	-	-

8 – Havendo destinação de lucros à Reserva Legal

a) Montante destinado à Reserva Legal: R\$ 27.109. 561,88.

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício depois de deduzido os prejuízos acumulados.

9 – Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: **Não aplicável.**

10 – Em relação ao dividendo obrigatório

- a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto: O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de um dividendo mínimo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes.

Informar se ele está sendo pago integralmente: o pagamento dos dividendos propostos será determinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2017.

- b) Informar o montante eventualmente retido: **Não aplicável.**

11 – Retenção de dividendo obrigatório: **Não aplicável.**

12 – Destinação de resultado para reserva de contingências: **Não aplicável.**

13 – Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: **Não aplicável.**

14 – Destinação de resultado para reservas estatutárias:

- a) Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas: O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Art. 30, alínea “d”, a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% (noventa por cento) do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

- b) Identificação do montante destinado às reservas estatutárias:

- Reserva para Futuro Aumento de Capital - R\$ 347.680.104,90.
- Reserva Estatutária Especial - R\$ 38.631.122,77.

- c) Cálculo do montante das reservas estatutárias:

	(R\$ mil)
Lucro líquido do exercício	542.191
Reserva legal - 5%	(27.110)
Dividendos propostos	(128.770)
Lucro após reserva legal e dividendos	386.311
Reservas estatutárias:	
- Reserva para futuro aumento de capital - 90%	(347.680)
- Reserva estatutária Especial - 10%	(38.631)

15 – Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: **Não aplicável.**

16 – Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: **Não aplicável.**

ANEXO III

FIXAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA E ELEIÇÃO DE SEUS MEMBROS

De acordo com o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto de 5 (cinco) a 9 (nove) membros, eleitos pela assembleia geral, que dentre eles designará o Presidente e o Vice-Presidente.

Propõe-se que o Conselho de Administração a ser eleito na Assembleia Geral, com mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, seja composto por 5 (cinco) membros efetivos, mantendo-se, assim, o atual número de membros do Conselho de Administração.

Esclareça-se que, nos termos da Instrução CVM nº 165, conforme alterada, e em vista do valor atual do capital social da Companhia, os Acionistas da Companhia representando, no mínimo 5%, do capital social, poderão requerer, por escrito, com até 48 horas de antecedência à Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Caso haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo, a cada ação de emissão da Companhia serão atribuídos 5 (cinco) votos, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, na forma do art. 141 da Lei n. 6.404/76. Recebido o pedido de adoção do processo de voto múltiplo válido, nos termos da Lei 6.404/76 a Companhia divulgará comunicado informando o requerimento de adoção de referido processo para eleição dos membros do Conselho de Administração.

Ainda, na forma do disposto no art. 141, §7º da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o Estatuto Social, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, seja exercida a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Prestados os esclarecimentos acima, propõe-se que sejam eleitos ou reeleitos os seguintes indivíduos para compor o Conselho de Administração da Companhia, conforme indicado abaixo.

Candidato	Cargo
Boris Tabacof	Presidente
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Vice-Presidente
Antonio de Souza Corrêa Meyer	Membro
Ricardo Madrona Saes	Membro
Marcos Sampaio de Almeida Prado	Membro

Em cumprimento ao artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações sobre os candidatos ao Conselho de Administração encontram-se nas páginas 15 a 20 desta Proposta da Administração.

ANEXO IV

INSTALAÇÃO, ELEIÇÃO E FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

De acordo com o artigo 28 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia não tem funcionamento permanente, sendo instalado pela assembleia geral nos exercícios sociais nos quais os acionistas pedirem tal instalação.

Propõe-se a manutenção do funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício social de 2017, com a reeleição dos seus atuais membros, conforme abaixo:

Conselheiros Efetivos	Conselheiros Suplentes
Ricardo Scalzo	Marcelo Meth
José Carlos Garbes	Marcelo Curti
Heraldo Gilberto de Oliveira	Guillermo Oscar Braunbeck

Para o exercício de 2017, propõe-se que os membros efetivos do Conselho Fiscal recebam uma remuneração mensal no valor de R\$ 10.241,70, esclarecendo-se que: a) o valor proposto atende às disposições do parágrafo terceiro do Artigo 162 da Lei no 6.404, de 15.12.1976, o qual estabelece que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração mensal que, em média, for atribuída a cada Diretor como remuneração fixa, não computados, nos termos da legislação vigente, benefícios, verbas de representação e participação nos lucros da Sociedade, a qualquer título; e b) os membros suplentes somente serão remunerados quando em substituição aos membros efetivos, nos casos de vacância, ausência ou impedimento temporário.

Em cumprimento ao artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações sobre os candidatos ao Conselho Fiscal encontram-se nas páginas 23 a 27 desta Proposta da Administração.

ANEXO V

INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09 *(Candidatos Indicados para Compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal).*

12.5 Candidatos a administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Boris Tabacof
Data de Nascimento:	28 de julho de 1928
Profissão:	Engenheiro
CPF:	000.616.035-20
Cargo a ser ocupado:	Presidente do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente	Não
Número de mandatos consecutivos	16
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A.; membro do Conselho Curador da Fundação Arymax; membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; membro do Conselho de Administração da Polpar S.A.; membro do Conselho de Administração do SEPACO - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações	
Graduou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. Boris Tabacof foi Secretário da Fazenda do Estado da Bahia de 1965 a 1970 (administrações de Lomanto Jr. e Luiz Vianna Filho) e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Salvador até 1970. De 1970 a 1975, foi Diretor Superintendente do Grupo Financeiro Safra e em 1989, foi eleito Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA. Entre 2006 e 2009, foi membro do Conselho de Administração da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Foi, também, chairperson do Advisory Committee on Paper and Wood Products da Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas em Roma, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores e Presidente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – "FIESP". Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, Boris Tabacof ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) em 1975 foi eleito pela primeira vez	

diretor de sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, tendo atuado como diretor de 1975 a 1988, (b) de 1988 a 1993, exerceu o cargo de Diretor Superintendente da Companhia, na época denominada Nemofeffer S.A., (c) de 2001 a abril de 2013, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (d) de 2001 a abril 2013, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração; (e) de 2004 a abril de 2013 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (f) desde 1991, é membro do Conselho Curador da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais; (g) desde 2002, é membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; e (h) desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Polpar S.A. Boris Tabacof atualmente também é: (i) membro do Conselho Consultivo da IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores; (ii) membro do Conselho de Administração do SEPACO - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; (iii) membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja atividade principal é o atendimento hospitalar; (iv) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF (Rio de Janeiro); e (v) Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia da FIESP.

Boris Tabacof declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Claudio Thomaz Lobo Sonder
Data de Nascimento:	25 de abril de 1942
Profissão:	Engenheiro
CPF:	066.934.078-20
Cargo a ser ocupado:	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Diretor Vice-Presidente Executivo
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Não
Número de mandatos consecutivos:	4
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose; membro dos Comitês de Gestão e de

terceiro setor:	Auditoria e coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose; Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; membro do Conselho Curador e membro da diretoria executiva da Fundação Arymax; e membro do Conselho de Administração do Grupo RBS S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações: Graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico. Entre 1983 e 1993, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010, é Diretor Vice-Presidente Executivo e, desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) desde 2002 é membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose (sendo Vice-Presidente desde 2013), nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; desde 2006, é coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; e desde 2012, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose, sendo responsável, respectivamente, pela (i) orientação geral dos negócios sociais; (ii) coordenação da assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (iii) assessoria relacionada à análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; e (iv) análise referente à distribuição da remuneração anual dos administradores; (c) desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) de 2010 a maio de 2015, foi Diretor e desde abril de 2015, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) desde 2010, é membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) desde abril de 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador e desde 2013, é membro da diretoria executiva da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais. Claudio Sonder também é membro do Conselho de Administração do Grupo RBS S.A., companhia cuja atividade principal é a comunicação multimídia através de emissoras de televisão, rádio, jornais e portal na internet.	

Claudio Sonder declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Ricardo Madrona Saes
Data de Nascimento:	26/10/1971
Profissão:	Advogado
CPF:	091.952.288-29
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim. Indicado por André Guper, Lisabeth S. Sander, Janet Guper, Pedro Noah Hornett Guper e Ian Baruch Hornett Guper.
Membro Independente:	Sim, conforme critério previsto no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.
Número de mandatos consecutivos:	0
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Nenhum
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Graduou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1994), pós-graduado em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica (1996) e mestre profissional em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2015). Ricardo atua em operações de fusões e aquisições, direito societário, contratos, planejamento sucessório e arbitragem. Ele integra a lista de árbitros das Câmaras da Fundação Getúlio Vargas e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, bem atua como arbitro na Câmara da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. É professor na matéria de Fusões e Aquisições no curso de pós-graduação e no Global Law Program da GVLaw, ambos da Fundação Getúlio Vargas. Foi professor do MBA da Fipecafi/IBRI na matéria de legislação societária e mercado de capitais entre 2001 e 2011. Também é sócio-fundador do escritório Madrona Advogados, na área de societário/fusões e aquisições. Faz parte das seguintes associações: Membro da Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital e Membro do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores Membro da ABRASCA. Ainda, foi citado em publicações como Global Chambers, Análise 500, Legal 500 e IFRL, em vista do desempenho das atividades jurídicas. Ricardo Madrona Saes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em	

julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Antonio de Souza Corrêa Meyer
Data de Nascimento:	13 de Agosto de 1946
Profissão:	Advogado
CPF:	215.425.978-20
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Sim, conforme critério previsto no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA
Número de mandatos consecutivos:	4
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; Membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A.; membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações: Antonio Meyer é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho de Administração da Companhia. É sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Nos últimos 5 anos, atuou como: (i) membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A. desde 2013; (ii) membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose desde 2004; (iii) Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; (iv) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; e (v) membro do Conselho de Administração da ICC Brasil International Chamber of Commerce e do respectivo comitê de Arbitragem. Faz, também, parte dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP - FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o	

Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Antonio Meyer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Marcos Sampaio de Almeida Prado
Data de Nascimento:	23 de fevereiro de 1951
Profissão:	Administrador de empresas
CPF:	095.833.608-30
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Não
Número de mandatos consecutivos:	4
Cargos Ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A.; e membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho Fiscal da JSL S.A. Marcos Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma	

atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO FISCAL	
Nome:	José Carlos Garbes
Data de Nascimento:	20 de maio de 1958
Profissão:	Economista
CPF:	005.994.128-60
Cargo a ser ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Vice-Presidente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Graduou-se em Economia pela Faculdade de Economia São Luís e ocupou diversos cargos no Grupo Suzano nas duas últimas décadas. Entre 2002 e 2006, foi Gerente de Controladoria da Suzano Papel e Celulose S.A., sendo anteriormente responsável pela Área de Relações com Investidores, companhia de capital aberto controlada pela Companhia. Entre 2006 e 2011, foi Diretor Financeiro e Administrativo da Ripasa Papel e Celulose S.A, transformada em 2009 no Conpacel, consórcio constituído pela Suzano Papel e Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A. sendo posteriormente adquirido pela Suzano Papel e Celulose S.A. Como Diretor do Conpacel era responsável pelas áreas de Controladoria, Contas a Pagar, Recursos Humanos e Serviços Administrativos, Tecnologia da Informação, Jurídico, bem como Suprimentos e Logística. Entre 2011 e 2012, auxiliou no planejamento tributário e projetos especiais da Suzano Papel e Celulose S.A. Entre 2012 e 2013, foi Diretor Financeiro da Usinas Itamarati, responsável junto à acionista pela negociação para alienação das operações dos negócios de açúcar e álcool e terras, desenvolvimento de estratégias de reestruturação do passivo bancário e tributário e análises de viabilidade de equalização de fluxo de caixa. José Carlos Garbes atualmente desenvolve trabalhos de consultoria econômico financeira e também serviços de consultoria tributária. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde maio de 2015 é Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Companhia e do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. José Garbes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em	

processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Ricardo Scalzo
Data de Nascimento:	24 de maio de 1951
Profissão:	Físico
CPF:	370.933.557-49
Cargo a ser ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Membro do conselho fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A.; ALL-América Latina Logística S.A.; Magnesita Refratários S.A.; Tecnisa S.A.; Kroton Educacional S.A.; BHG Hóteis S.A.; Maringá S.A. Cimento Ferro e Liga; e Aliansce Shopping Center S/A; Presidente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1974. Ingressou nesse mesmo ano na Arthur Andersen S&C como assistente de auditoria. Ao longo de sua carreira de cerca de 8 anos, realizou trabalhos de auditoria e prestou consultoria em empresas de ramos de atividade e portes diversificados. Em 1982, já na função de gerente de auditoria e consultoria financeira da Arthur Andersen, foi convidado a trabalhar no Banco de Investimentos Garantia S.A. com a missão de implantar e gerenciar a área de auditoria e controle corporativo. Durante todo o período em que permaneceu no Banco de Investimentos Garantia S.A esteve subordinado diretamente à presidência. Participou ativamente na consecução de diversas transações de natureza corporativa e societária, destacando-se as aquisições das Lojas Americanas S.A. e da Companhia e Cervejaria Brahma, constituição da AmBev e alienação do Banco para terceiros em 1998. Imediatamente após à alienação do Banco, foi atuar com os seus ex-sócios majoritários, na qualidade de consultor em tempo integral, trabalhando, especialmente, no gerenciamento e na administração das diversas empresas <i>holding</i> pertencentes aos mesmos. Permaneceu com tais atribuições até 2005. Atualmente, é consultor independente e conselheiro fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC em 2009. Atua como membro titular do conselho fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A (desde a implantação do conselho fiscal em 1999), ALL-	

América Latina Logística S.A. (desde 2004); Magnesita Refratários S.A (desde 2008); Tecnisa S.A. (desde 2007); Kroton Educacional S.A (desde 2011); BHG Hôtels S.A (desde 2011); Maringá S.A. Cimento Ferro e Liga (desde 2013); e Aliansce Shopping Center S/A (desde 2014). Foi, ainda, conselheiro fiscal das seguintes empresas: Companhia e Cervejaria Brahma AmBev (1992 a 2003); Contax S.A. (2005 a 2007); Hopi Hari (2000 a 2008); Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2007); Equatorial Energia S.A. (2007); Beneficência Médica Brasileira S.A. - Hospital São Luiz (2008 a 2012); e São Carlos Participações S.A. (2013). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015 é Presidente do Conselho Fiscal da Companhia e do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades.

Ricardo Scalzo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Data de Nascimento:	04 de maio de 1964
Profissão:	Contador
CPF:	454.094.479-72
Cargo a ser ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim. Indicado por André Guper, Lisabeth S. Sander, Janet Guper, Pedro Noah Hornett Guper e Ian Baruch Hornett Guper.
Membro Independente:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Coordenador da área de projetos da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI; membro independente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria do China Construction Bank – CCB Brasil desde 2009; e membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Formado em Administração e Ciências Contábeis e mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA – USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade). Atualmente é (i)	

coordenador da área de projetos da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI desde 1997; (ii) membro independente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria do China Construction Bank – CCB Brasil desde 2009, sendo seu membro qualificado perante o Banco Central; (iii) membro do Conselho Fiscal da Tevec Sistemas S/A; e (iv) Membro do Conselho Fiscal da S/A Correio Brasiliense. Atua como assistente técnico pericial em questões envolvendo matérias contábil, societária e tributária, em processos administrativos, judiciais e arbitragens. Foi auditor independente entre 1984 e 1995 (Directa BDO), bem como professor da FEA – USP no âmbito do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino e de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de contabilidade, auditoria e mercado de capitais. Atuou como membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria (membro especialista em Contabilidade e Finanças) do Banco Nossa Caixa S/A entre 2007 e 2009. Foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP entre 2009 e 2013. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde fevereiro de 2015, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; de fevereiro a abril de 2015, foi membro efetivo e desde maio de 2015, é membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades.

Heraldo Oliveira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Marcelo Curti
Data de Nascimento:	09 de janeiro de 1962
Profissão:	Economista
CPF:	036.305.588-60
Cargo a ser ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Sócio-diretor da Rio Branco Consultores Associados e da Maiol Assessoria em Gestão Empresarial; membro do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Duke Energy International e da Geração Paranapanema S.A.;

	Hypermarcas S.A.; Cosan S.A. – Indústria e Comércio e membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Economista formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), com pós-graduação em administração de empresas também pela FAAP. É sócio-diretor da Rio Branco Consultores Associados desde julho de 2009 e da Maior Assessoria em Gestão Empresarial desde 2003. É membro do Conselho Fiscal da Duke Energy International e da Geração Paranapanema S.A. desde 2009; da Hypermarcas S.A., da Cosan S.A. – Indústria e Comércio desde 2013 e da Aceco TI S.A. desde 2016. Entre 1981 e 2008, foi diretor estatutário e membro dos Comitês Executivos e de Auditoria dos Bancos Safra e Banco J. Safra. Foi diretor no Shopping Vila Olímpia como representante da Brookfield Shopping Center. É diretor da empresa Taubaté Nova Fronteira Ltda. Foi membro e presidente dos conselhos de administração da BCP SP S.A. - Telecomunicações e da BSE NE S.A. – Telecomunicações entre 1998 e 2003 (Atual Claro). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015 é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Marcelo Curti declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Marcelo Meth
Data de Nascimento:	26 de dezembro de 1957
Profissão:	Economista
CPF:	596.424.677-04
Cargo a ser ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do	É sócio da empresa 2M Consultoria Contabil e Tributária; e membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding

terceiro setor:	S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Formou-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes em 1983, em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula em 1991 e em Direito pela Universidade Paulista em 2004. Fez especialização em Administração com Ênfase em Controladoria - Faculdade de Economia São Luis (SP) e atualmente faz MBA na USP, especialização em IFRS. Iniciou a carreira como trainee na Auditoria Interna da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, alcançando o cargo de controller nas holdings de algumas empresas, dentre as quais: Grupo Garantia, GP Investments, Ambev, Lojas Americanas, e São Carlos Empreendimentos Imobiliários, entre outros, e também foi sócio diretor da RB Capital. Atuou como sócio gerente da empresa Soldo Serviços de Contabilidade Ltda. entre 2001 e 2009, prestando consultoria nas áreas contábil, fiscal, financeira e administrativa para diversas empresas e tendo como principais clientes: São Carlos Empreendimentos Imobiliários, GP Investimentos e Holdings de investimentos nas Lojas Americanas e AmBev entre outras. Foi sócio diretor de empresas do Grupo RB Capital (empresa independente que desenvolve soluções inovadoras no mercado de capitais). Atuou como membro efetivo do Conselho Fiscal do Hopi Hari, Membro efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Maranhão - Cemar S.A. (empresa do ramo de geração e distribuição de energia) e Membro Suplente do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A. (empresa do ramo de varejo). Atualmente é sócio da empresa 2M Consultoria Contabil e Tributária e membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e da IPLF Holding S.A, companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Marcelo Meth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Guillermo Oscar Braunbeck
Data de Nascimento:	06 de dezembro de 1972
Profissão:	Economista
CPF:	106.627.498-39
Cargo a ser ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data prevista de eleição:	28.04.2017
Data prevista da posse:	12.05.2017
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2018
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim. Indicado por André Guper, Lisabeth S. Sander, Janet Guper, Pedro Noah Hornett Guper e Ian Baruch Hornett Guper.

Membro Independente:	Sim
Número de mandatos consecutivos	2
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Membro suplente do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A.; sócio-administrador da Laplane – Consultoria Econômica Ltda. e membro efetivo do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações: Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e é doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA – USP. Atualmente é (i) conselheiro fiscal suplente da Via Varejo S.A. (entidade administradora de duas importantes varejistas brasileiras, Casas Bahia e Ponto Frio) desde 2014; e (ii) sócio-administrador da Laplane – Consultoria Econômica Ltda. (pessoa jurídica através da qual são desenvolvidos projetos de consultoria empresarial, fundamentalmente de emissão de notas técnicas, estudos e pareceres em temas de contabilidade e finanças) desde 2009. Foi aprovado em concurso público em 2014 para exercer o cargo de Professor Doutor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA/USP) no Departamento de Contabilidade e Atuária. Na USP ocupa ainda o cargo de Controlador-Geral Adjunto. É também professor de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Fipecafi, bem como consultor em projetos de gestão, finanças e contabilidade desde 2008. Foi assistente, supervisor e gerente de auditoria da Arthur Andersen S/C entre 1994 e 2001. Atuou como Gerente de Riscos e Auditoria Interna Ombudsman (ouvidor-geral) da Votorantim Celulose e Papel S.A. (atual Fibria) de 2002 até 2005. Foi sócio-diretor atuante nas áreas de <i>Assurance</i>, Consultoria Contábil e Governança Corporativa do Hirashima & Associados entre 02/2005 e 01/2009. Atuou como conselheiro fiscal suplente e conselheiro especialista em finanças suplente do conselho fiscal nas funções de <i>Audit Committee</i> nos termos da <i>Sarbanes-Oxley Act</i> da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) de 2005 até 2010. Foi gerente de projetos responsável por projetos educacionais de disseminação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) no International Accounting Standards Board (IASB) entre 09/2011 e 08/2014. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia; de março a abril de 2015, foi membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., e em maio de 2015, passou a ser membro efetivo do Conselho Fiscal. Guillermo Braunbeck declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual da participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Membros	Total de Reuniões realizadas pelo Conselho de Administração desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Boris Tabacof	6	100%
Claudio Thomaz Lobo Sonder	6	100%
Antonio Meyer	6	100%
Edgar Gleich	6	100%
Marcos de Almeida Prado	6	100%

CONSELHO FISCAL		
Membros	Total de Reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Ricardo Scalzo	4	100%
José Carlos Garbes	4	100%
Heraldo Gilberto de Oliveira	4	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não tem comitês estatutários ou comitê de auditoria, de risco e de remuneração.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual da participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

A Companhia não tem comitês estatutários ou comitê de auditoria, de risco e de remuneração.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Candidatos a administradores e administradores da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia.

b) Candidatos a administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Suzano Papel e Celulose S.A.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia e administradores de controladas diretas e indiretas.

c) Candidatos a administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

Relações entre administradores e controladores da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores da Companhia e controladores da Companhia.

Relações entre (i) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia e (i) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., uma controlada da Companhia.

O Sr. David Feffer, membro do grupo de controle da Companhia, é também Diretor Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., uma controlada da Companhia.

O Sr. David Feffer, membro do grupo de controle da Companhia, é também Diretor Presidente da Premesa S.A., uma controlada da Companhia.

d) Candidatos a administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

A Companhia não possui sociedades controladoras diretas ou indiretas.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

O Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, através da empresa Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial da qual é sócio, presta serviço de consultoria societária, fiscal e financeira à Companhia e empresas do grupo.

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, membro do Conselho de Administração da Companhia, é sócio co-fundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano Papel e Celulose S.A., sua controlada.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os candidatos a administradores da Companhia e controlador direto ou indireto da Companhia.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO VI

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA NSTRUÇÃO CVM nº 481/09 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) correspondente à remuneração dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas. Deste modo, o pagamento da remuneração variável está sujeito ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas. O montante proposto também contempla os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2017 e março de 2018.

ANEXO VII

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a) Objetivos da política ou prática de remuneração
Nossa política de remuneração tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas. Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos. Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima mediana de nosso mercado de referência na remuneração total para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados. Praticamos também, com relação à remuneração variável, a participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores. Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo <i>phantom shares</i>. O programa tem por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem um maior alinhamento de nossos executivos, administradores e colaboradores, com os objetivos da Companhia.
b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração
(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos <u>Conselho de Administração:</u> Os membros do Conselho de Administração recebem somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. Nenhum conselheiro participa do programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo <i>phantom shares</i>.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável.

Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Há ainda o incentivo de longo prazo que, por meio de mecanismo de *phantom shares*, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas, conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem, cada membro, remuneração fixa, superior a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Nos últimos três anos 100% da remuneração total do Conselho de Administração foi paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria

A tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego), da variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações):

Ano	Remuneração Fixa ⁽¹⁾	Remuneração Variável Curto Prazo ⁽²⁾	Remuneração Variável Longo Prazo ⁽³⁾
2016	54%	42%	4%
2015	46%	47%	7%
2014	46%	51%	2%

⁽¹⁾ Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego)

⁽²⁾ Remuneração variável curto prazo (bônus e participação nos resultados)

⁽³⁾ Remuneração variável longo prazo (baseada em ações)

Conselho Fiscal

Para o Conselho Fiscal 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho de Administração são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado,

conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da mediana deste mercado selecionado.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia ao Conselho Fiscal observam o disposto no §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O membro da Diretoria que é acionista controlador não recebe remuneração.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA de empresas controladas.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento na mediana do mercado selecionado, tendo como base pesquisas conduzidas por consultorias especializadas no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes às metas, aos valores e princípios éticos da Companhia. Esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração

Há membro do Conselho de Administração que também tem remuneração suportada por empresas controladas da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração e Comitês.

Diretoria

Há membros da Diretoria com remuneração suportada por empresas controladas diretamente, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração e Comitês.

Conselho Fiscal

A remuneração de seus membros é suportada integralmente pela Companhia.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
c) Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	462.000,00	1.603.196,76	405.571,32	2.470.768,08
Benefícios direto e indireto	-	623.086,52	-	623.086,52
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	92.400,00	320.639,35	81.114,26	494.153,62
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
ii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	5.331.755,00	-	5.331.755,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
iii. Benefícios pós-emprego	-	53.657,18	-	53.657,18
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	415.170,84	-	415.170,84
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	554.400,00	8.347.505,65	486.685,58	9.388.591,23
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	554.400,00	8.347.505,65	486.685,58	9.388.591,23
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
c) Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	5.616.537,48	368.701,20	6.405.238,68
Benefícios direto e indireto	-	566.442,29	-	566.442,29
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.000,00	1.123.307,50	73.740,24	1.281.047,74
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
ii. Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	5.805.586,00	-	5.805.586,00
Remuneração por Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
iii. Benefícios pós-emprego	-	48.779,25	-	48.779,25
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
vi. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	561.806,29	-	561.806,29
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	13.722.458,81	442.441,44	14.668.900,25
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	13.722.458,81	442.441,44	14.668.900,25
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	5,00	4,00	2,50	11,50
c) Nº de membros remunerados	5,00	4,00	2,50	11,50
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	5.209.504,42	304.380,30	5.933.884,72
Benefícios direto e indireto	0,00	584.772,78	0,00	584.772,78
Remuneração por Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.000,00	1.051.095,85	60.876,06	1.195.971,91
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
ii. Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	0,00	1.489.094,00	0,00	1.489.094,00
Participação de resultados	0,00	5.381.781,00	0,00	5.381.781,00
Remuneração por Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	297.818,80	0,00	297.818,80
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
iii. Benefícios pós-emprego	0,00	49.693,56	0,00	49.693,56
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
vii. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0,00	1.061.413,75	0,00	1.061.413,75
g) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	15.125.174,16	365.256,36	15.994.430,52
h) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	15.125.174,16	365.256,36	15.994.430,52
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros do Comitê Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	5,00	5,33	0,00	10,33
c) Nº de membros remunerados	5,00	5,33	0,00	10,33
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	7.681.015,95	0,00	8.101.015,95
Benefícios direto e indireto	0,00	611.452,70	0,00	611.452,70
Remuneração por Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.000,00	1.532.664,84	0,00	1.616.664,84
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
ii. Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	0,00	4.770.090,25	0,00	4.770.090,25
Participação de resultados	0,00	5.225.110,08	0,00	5.225.110,08
Remuneração por Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	954.018,05	0,00	954.018,05
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
iii. Benefícios pós-emprego	0,00	53.448,00	0,00	53.448,00
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0,00	489.910,31	0,00	489.910,31
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	21.317.710,18	0,00	21.821.710,18
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	21.317.710,18	0,00	21.821.710,18
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não conselho fiscal	

13.3 Remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social corrente (encerrado em 31.12.2017)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	3	11
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.200.000,00	N/A	2.200.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.331.755,00	N/A	5.331.755,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.910.647,50	N/A	4.910.647,50

Exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	4	3	12
Número de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.100.000,00	N/A	3.100.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.327.538,00	N/A	6.327.538,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.881.021,00	N/A	5.881.021,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	5.805.586,00	N/A	5.805.586,00

Exercício social encerrado em 31.12.2015

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	4	2,50	11,50
Número de membros remunerados	0	4	0	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.191.275,20	N/A	1.191.275,20
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.786.912,80	N/A	1.786.912,80
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.489.094,00	N/A	1.489.094,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	1.489.094,00	N/A	1.489.094,00
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.100.000,00	N/A	3.100.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.197.050,00	N/A	6.197.050,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.849.499,00	N/A	5.849.499,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	5.381.781,00	N/A	5.381.781,00

Exercício social encerrado em 31.12.2014

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5,33	0	10,33
Número de membros remunerados	0	5,33	0	5,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.770.090,00	N/A	4.770.090,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	8.290.000,00	N/A	8.290.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.770.090,00	N/A	4.770.090,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	4.770.090,00	N/A	4.770.090,00
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.197.248,00	N/A	3.197.248,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.061.056,00	N/A	6.061.056,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.411.652,00	N/A	5.411.652,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	5.225.110,00	N/A	5.225.110,00

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**a. Termos e condições gerais**

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possui dois planos de incentivo de longo prazo (ILP) atrelados ao preço da ação da Suzano Papel e Celulose, subsidiária da Companhia (“SPC”), com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). São eles o Plano de Ações Fantasma e o plano de apreciação do valor das ações (SAR – *Share Appreciation Right*). Os dois planos, além de dependerem do preço da ação da SPC, também dependem do desempenho das ações da SPC em relação aos principais concorrentes, como será detalhado no item “i”.

- Plano de Ações Fantasma**

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de ações fantasmas a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo comitê de remuneração (não estatutário), segundo as diretrizes e condições estabelecidas.

Anualmente, o comitê de remuneração estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações fantasmas aos seus beneficiários.

A determinação das quantidades de ações fantasmas a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da SPC (SUZB5) negociadas nos últimos 90 pregões.

As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em (i) cumprimento de metas; (ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo comitê de remuneração em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; e (iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários, com aporte de mesmo valor pela Companhia.

São então outorgadas quantidades de ações fantasmas a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da SPC (SUZB5) apuradas nos últimos 90 pregões.

Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da SPC em relação aos seus concorrentes.

Depois de outorgadas, as ações fantasmas podem ser resgatadas em dinheiro pelos beneficiários desde que eles cumpram o prazo de carência estipulado (3 anos de permanência na Companhia).

Para os planos com outorgas até 2013, continuam vigentes as condições estipuladas para os programas anteriores, até a data de liquidação. Os últimos lotes outorgados de Ações Fantasmas foram finalizados ao longo do exercício de 2016.

- **Plano de SAR**

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (*Share Appreciation Rights*, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações). O pagamento deste plano está atrelado ao preço da ação da SPC, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). O que diferencia este plano do plano de ILP (ações fantasmas) da Companhia é o fato de existir uma exigência de valorização mínima das ações para que o beneficiário tenha ganho. Este valor tem característica similar ao preço de exercício de opções. Por este motivo, o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

As outorgas têm preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 6 meses após o término da carência.

Uma diferença do Plano em relação aos demais está no fato do beneficiário ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga, que deve ser depositado na conta da Companhia.

Assim como o plano de ILP, o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da SPC em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

- b. Principais objetivos do plano**

Os programas de ILP são sistemas criados com o objetivo de:

- i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

- c. Forma como o plano contribui para estes objetivos**

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emisso

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários versus este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (ações fantasmas e SARs) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise do comitê de remuneração, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting (carência) para as phantom shares e SARs, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável, uma vez que dada a modalidade de ações fantasmas e SARs, não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há na Companhia plano de Opção de Compra de Ações.

h. Condições de aquisição das ações

• Plano de Ações Fantasmas

São elegíveis a este programa os Diretores Vice-Presidentes da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações fantasmas (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasmas que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasmas, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasmas; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações fantasmas nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações fantasmas somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

- **Plano de SAR**

São elegíveis a este programa os Diretores Vice-Presidentes da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não- aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas Ações Fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos.

- i. **Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

- **Plano de Ações Fantasmas**

Não existe preço de exercício, uma vez que o plano não é baseado em opções, mas no valor das ações.

Todavia, o ganho correspondente a cada *phantom share* outorgada é calculado da seguinte forma:

$VR = VMA \times TRS$, sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

- **Plano de SAR**

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

$Pe = 20\% \times \text{Média dos últimos 90 pregões antes da data de outorga.}$

Já o valor resgatado é dado por:

$VR = [VMA - Pe] \times TRS$, sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário

VMA = VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

- **Plano de Ações Fantasma**

O prazo de exercício inicia no terceiro ano após a outorga e termina no sexto ano.

- **Plano SAR**

Após três anos e meio de carência, é iniciado o prazo de exercício do plano.

k. Forma de liquidação

Para as ações fantasmas, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

l. Restrições a transferência das ações

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos de Incentivo de Longo Prazo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Diretoria da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Conforme mencionado no item (h) acima, com relação às Ações Fantasma: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das Ações Fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das Ações Fantasma.

No caso do SAR, em situações de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa. Na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações dos Planos de Ações Fantasmas (*phantom shares*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasma para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Previsão para 31/12/2017

O Plano de Ações Fantasma teve seus últimos lotes encerrados em 2016 e não há previsão de novas outorgas. Portanto, a previsão para 2017 é de que não exista mais o Plano de Ações Fantasma.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2016

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros		4,00	
c) Número de Membros Remunerados		1,00	
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/03/2013		
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	43.768		
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	43.768		
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasma		
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:			
• em aberto no início do exercício social	11,44		
• perdidas durante o exercício social		Não há	
• exercidas durante o exercício social	20,10		
• expiradas durante o exercício social		Não há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	6,58		
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasma		

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros		4,00	
c) Número de Membros Remunerados		1,00	
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	17.180	35.247	43.768
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasma		
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:			
• em aberto no início do exercício social	18,11	18,11	18,11
• perdidas durante o exercício social		Não há	
• exercidas durante o exercício social	15,99	15,99	Não há
• expiradas durante o exercício social		Não há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	18,64	7,49	6,58
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasma		

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2014

a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	5,33			
c) Número de Membros Remunerados	2,00			
a) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:				
i. Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	8.832	17.180	124.607	160.827
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga			
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:				
• em aberto no início do exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 8,94
• perdas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
• exercidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
• expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
b) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 39,06	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58
c) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

PLANO DE SAR

Previsão para 31/12/2017

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015	01/04/2016
i. Quantidade de SAR outorgada	33.863	26.903	21.479
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	33.863	26.903	21.479
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	6 meses após o fim da carência		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	11,68	11,13	9,80
• perdidas durante o exercício social	Não há previsão		
• exercidas durante o exercício social	Não há previsão		
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão		
e) Valor justo das SAR na data da outorga	8,16	10,93	13,78
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR

Período fiscal com fim em 31/12/2016

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	4,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015	01/04/2016
i. Quantidade de SAR outorgada	96.573	74.807	59.073
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	74.807	0
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	6 meses após o fim da carência		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	11,68	11,13	9,50
• perdidas durante o exercício social	Não há		
• exercidas durante o exercício social	8,87	8,32	7,47
• expiradas durante o exercício social	Não há		
e) Valor justo das SAR na data da outorga	8,16	10,93	13,78
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR

Período fiscal com fim em 31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	4,00	
c) Número de Membros Remunerados	2,00	
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015
i. Quantidade de SAR outorgada	96.573	74.807
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	0
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das SAR	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR	
vii. Valor médio ponderado das SAR		
• em aberto no início do exercício social	19,05	18,16
• perdas durante o exercício social	Não há	
• exercidas durante o exercício social	Não há	Não há
• expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das SAR na data da outorga	8,16	10,93
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR	

PLANO DE SAR

Referente ao exercício social findo em 31/12/2014

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	5,33
c) Número de Membros Remunerados	2
Em relação a cada outorga:	
i. Data de Outorga	01/04/2014
ii. Quantidade de SAR outorgada	96.573
iii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga
v. Prazo máximo para exercício das SAR	6 meses após o fim da carência
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasma
Valor médio ponderado das SAR:	
• em aberto no início do exercício social	R\$ 8,16
• perdidas durante o exercício social	Não Há
• exercidas durante o exercício social	Não Há
• expiradas durante o exercício social	Não Há
b) Valor justo das ações SAR na data da outorga	R\$ 8,16
c) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável

13.6 Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de Ações Fantasma (*Ações Fantasma*) e sobre o Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas na tabela a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2016

O Plano de Ações Fantasma teve seus últimos lotes encerrados em 2016 e não há previsão de novas outorgas. Portanto, a previsão para 2017 é de que não exista mais o Plano de Ações Fantasma.

PLANO DE SAR		Período fiscal com fim em 31/12/2016
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	4,00	
c) Número de Membros Remunerados	1.00	
d) Em relação às SAR ainda não exercíveis		
i. Quantidade	82.245	
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/04/2017 – 33.863 01/04/2018 – 26.903 01/04/2019 – 21.479	
iii. Prazo máximo para exercício	6 meses após o fim da carência	
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR	
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,31	
vi. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	R\$ 905.444,43	
e) Em relação às SAR exercíveis		
i. Quantidade		
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma		
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há SAR exercíveis	
iv. Preço médio ponderado de exercício		
v. Valor justo das SAR no último dia do exercício social		
vi. Valor justo do total das SAR no último dia do exercício social	R\$ 905.444,43	

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de Ações Fantasmas (*Ações Fantasma*) e sobre o Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas nas tabelas a seguir. O primeiro exercício do plano de SAR foi realizado em 2016, não cabendo, portanto, incluir informações sobre exercícios anteriores a 2016.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em 31/12/2016
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	4,00	
c) Número de Membros Remunerados	1,00	
d) Em relação às ações fantasmas exercidas		
i. Quantidade	43.768	
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 16,93	
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma	
e) Em relação às ações entregues	Não aplicável para ações fantasma	
i. Número de ações	Não aplicável para ações fantasma	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável para ações fantasma	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para ações fantasma	

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	4,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	52.427
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 15,99
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
e) Em relação às ações entregues	Não aplicável para ações fantasma
i. Número de ações	Não aplicável para ações fantasma
ii. Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável para ações fantasma
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para ações fantasma

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2014

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	5,33
c) Número de Membros Remunerados	1
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	8.832
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 9,00
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
e) Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)
iv. Número de ações	-
v. Preço médio ponderado de aquisição	-
vi. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-

PLANO DE SAR

Período fiscal com fim em 31/12/2016

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	4,00
c) Número de Membros Remunerados	2,00
d) Em relação às ações do Plano de SAR exercidas	
i. Quantidade	148.208
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,31
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 1.235.626,00
e) Em relação às ações entregues	Não aplicável para SAR
i. Número de ações	Não aplicável para SAR
ii. Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável para SAR
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para SAR

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

As informações divulgadas nos itens 13.5 a 13.7 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho Administrativo). As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano de Ações Fantasma

Por ser um Plano liquidado em caixa, a Companhia deve revisar o valor justo das ações fantasmas em toda divulgação de resultados. Conforme apresentado anteriormente, o valor justo é calculado pela média dos últimos 90 pregões da ação SUZB5 ponderada pelo volume negociado em cada data. Este valor é multiplicado pelo TRS observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

Nos planos de Ações Fantasma outorgados antes de 2013 deve ser obedecido o um limite mínimo de R\$ 9,00 para o valor das ações fantasmas.

Plano SAR

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário.

Na modelagem não foram consideradas condições de exercício antecipado no cálculo das SAR. Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2016 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento):

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base ⁽¹⁾	R\$ 11,44
Expectativa de Volatilidade ⁽²⁾	37,45% a.a.
Expectativa de vida média das opções ⁽³⁾	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	2,94% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco ⁽⁵⁾	12,99%a.a.

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 na data de cálculo da SAR;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando 745 pregões anteriores à data de cálculo das SAR e utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;

(3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício.

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. O valor apresentado representa a média entre cada uma das outorgas.

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

COMPANHIA		31/12/2016		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	13.599.939	-
	Ações Preferenciais Classe A	-	12.249.440	-
	Ações Preferenciais Classe B	-	5.312.663	-

CONTROLADAS		31/12/2016		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Papel e Celulose S.A.	Ações Ordinárias	-	2.280	-
	Ações Preferenciais Classe A	2.553.482 (*)	48.815.984	3.750
	Ações Preferenciais Classe B	-	-	-

(*) 2.550.000 ações preferenciais Classe A são detidas por companhias controladas por membro do Conselho de Administração

		31/12/2016		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	-	31	-

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM		31/12/2016		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
IPLF Holding S.A.	Ordinárias	-	61.099.375	-
	Preferenciais	-	716	-

		31/12/2016		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Polpar S.A.	Ordinárias	-	13.379	N/A

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a.Orgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b.Número de Membros	5	4	3	12
c.Número de Membros remunerados	0	2	0	2
d.Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	N/A
e.Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	01	N/A	01
f.Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	N/A
g.Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	1.487.121,66	N/A	1.487.121,66
h.Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	48.779,25	N/A	48.779,25
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	N/A

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro: item não divulgado em razão do processo 2010.5101002888-5, movido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/RJ, instituição à qual alguns dos administradores da Companhia são associados.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social

ÓRGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2016	Exercício social encerrado em 31.12.2015	Exercício social encerrado em 31.12.2014
Diretoria Estatutária	0,00%	28,89%	54,83%
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

ÓRGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2016	Exercício social encerrado em 31.12.2015	Exercício social encerrado em 31.12.2014
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de administração	874.680,00	874.680,00	867.798,00
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	874.680,00	874.680,00	867.798,00

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal

do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2016

ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2016

ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.501.560	5.846.727	-	7.348.287
Sociedades sob controle comum	180.000	-	-	180.000

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2015

ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2015

ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.300.960	5.275.902	-	6.576.862
Sociedades sob controle comum	180.000	1.053.878	-	1.233.878

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2014

ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2014

ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.284.960	6.591.209	-	7.876.169
Sociedades sob controle comum	180.000	2.290.492	-	2.470.492

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.